



LUTA ANTIRRACISTA NA EDUCAÇÃO: O MOVIMENTO DE PESQUISADORES NEGROS E PESQUISADORAS NEGRAS - ANOTAÇÕES DE VIAGEM

Paulino de Jesus Francisco Cardoso¹

Resumo

No presente texto pretendemos discutir acerca da trajetória do movimento de pesquisadores negros e pesquisadoras negras, o contexto da luta antirracista no interior da universidade brasileira, a formação dos Congressos de Pesquisadores/as Negros/as e da ABPN, o Consórcio Nacional de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, alguns balanços e desafios.

Palavras-chave: Movimento Negro, Luta Antirracista, Universidade, Educação.

ANTI-RACIST FIGHT IN THE EDUCATION: THE MOVEMENT OF BLACK RESEARCHES – TRAVEL NOTES

Abstract

In the present paper we pretend to discuss about the trajectory of the movement of black researches, the context of the anti-racist fight inside the Brazilian university, the formation of the Brazilian Congress of Researchers Blacks, the National Consortium of Centers for Afro-Brazilian Studies, some balances and challenges.

Keywords: Black Movement, Anti-Racist Fight, University, Education.

LUTTE CONTRE LE RACISME DANS LA EDUCATION: O MOUVEMENT DE CHERCHEURS NOIRES – NOTES DE VOYAGE

Résumé

Dans cet article nous avons l'intention de discuter de la trajectoire du mouvement des chercheurs noirs, le contexte de la lutte contre racisme à l'intérieur de l'université brésilienne, la formation du Congrès des chercheurs noir d'ABPN et le Consórcio Nacional de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, quelques notes et des défis.

Mots-clés: mouvement noir, lutte contre racisme, l'université, éducation.

¹ Doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2004). Atualmente é consultor - Casa das Áfricas, membro da Comissão Técnica Nacional para Educação dos Afro-Brasileiros do Ministério da Educação, membro do Conselho Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (CNPPIR/SEPPIR) e professor associado da Universidade do Estado de Santa Catarina. Coordena o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UDESC. É presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). Tem experiência na área de História, com ênfase em História e Populações de Origem Africana no Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: negros, educação, história, populações de origem africana e multiculturalismo.

LUCHA ANTI-RACISTA EN LA EDUCACIÓN: EL MOVIMIENTO DE PESQUISADORES NEGROS Y PESQUISADORAS NEGRAS- ANOTACIONES DE VIAJE

Resumen

En el presente texto se pretende discutir acerca de la trayectoria del movimiento de investigadores negros y investigadoras negras, el contexto de la lucha anti-racista en el interior de la universidad brasileña, la formación de los Congresos de Investigadores/as Negros/as y de la ABPN, el Consorcio Nacional de los Núcleos de Estudios Afro-Brasileños, algunos balances y desafíos.

Palabras-clave: Movimiento Negro, Lucha anti-racista, Universidad, Educación.

Vivemos o auge de um ciclo que se configurou nos estertores da Ditadura Militar, e que, de algum modo serviu de referência para as lutas democráticas nos últimos trinta anos. O velhos militantes, que conheceram o chamado primeiro mundo, olhavam para uma classe trabalhadora europeia e invejavam suas inúmeras conquistas sociais, econômicas e culturais.

Ao contrário dos anos 1970, não podemos esperar o bolo da economia crescer para depois distribuí-lo. Nós mudamos este paradigma. Nós, ao longo dos últimos anos, sobre a batuta da sociedade civil organizada, em diálogo com um novo quadro político-partidário, produzimos uma revolução democrática em nosso país. Estamos procurando substituir o antigo projeto neoliberal, baseado na redução do papel do Estado, na liberalização dos mercados, na precarização das condições de trabalho e desarticulação da sociedade civil; por uma nova proposta para o país consagrado na fórmula crescimento econômico, combinado com enfrentamento da pobreza e combate às desigualdades.

No nosso campo, elaboramos uma pauta multiculturalista que deixou nos os mecanismos que reproduzem a dominação branca em nosso país. Ações universalistas articuladas a definição de políticas de combate às desigualdades raciais, tiveram o mérito de colocar o racismo e seus efeitos na agenda política do país.

Do ponto de vista institucional, a legitimidade das políticas de ação afirmativas foram reconhecidas pelo Executivo, Judiciário e Legislativo. O Brasil tornou-se



signatário de diferentes convenções internacionais, entre eles a Declaração e Plano de Ação da III Conferência Internacional Contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, em Durban, África do Sul.

Nos sistemas de ensino, em especial, no Governo Federal, em tese, construímos um arcabouço jurídico e administrativo, jamais visto, focado no combate às desigualdades raciais na Educação. Leis Federais 10.639/03, 11.645/08, regulamentadas pelas Diretrizes Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, estabeleceram as regras por meio das quais se pretende enfrentar o racismo e promover o respeito a diversidade cultural no cotidiano escolar.

Em relação a formação inicial, hoje sabemos, só isto não basta. Mas do que políticas de ação afirmativa para o acesso, precisamos levar em consideração a permanência e o sucesso de nossos egressos. E isto significa pensar não só as Instituições Federais Ensino Superior (IFES), mas igualmente instituições públicas, privadas e comunitárias. E isto também significa uma mudança de paradigma.

O que está em questão a necessidade de aprofundar, as políticas de modo a definir metas e cronogramas. Bem como, avançar na política ampliando o número de professores negros nas instituições de ensino superior e no acesso a pós-graduação e aos programas de mobilidade acadêmica como o Ciência Sem Fronteira. Constituirá um avanço significativo nesta direção a criação do programa Abdias Nascimento de Mobilidade Estudantil com as HBCUS, as Universidades Historicamente Negras dos EUA.

De outro lado, acertam aqueles que optaram pelo caminho da judicialização da luta antirracista no espaço escolar. Passados dez anos da publicação da Lei Federal 10.639/03, muito ainda precisa ser feito. Aprendemos a duras penas que nos esfalfarmos nas estradas buscando oferecer o máximo de formação continuada aos docentes da educação básica, não significou uma ampliação do oferecimento de conteúdo previstos. Em pesquisa recente onde avaliamos cinco anos de atividades do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina (NEAB-UDESC) desde a sanção daquela norma legal pelo ex-presidente Luís Ignácio Lula da Silva, percebemos que escolas atendidas e não atendidas, embora demonstrassem conhecimento da



existência da Lei, poucas significaram inclusão da temática no projetos político-pedagógicos, nos planos de ensinos, nas atividades desenvolvidas em sala de aula e em aquisição de material didático para as bibliotecas escolares.²

Nossas experiências exitosas, quanto a perenidade e alcance das ações, ocorrem quando contribuímos para organização e consolidação de programas municipais de diversidade étnica na educação. Ao invés de formação ou oficinas para estudantes do ensino fundamental, que são eventos que logo se perdem no tempo, temos uma ação institucional, cujo, o foco central são os gestores públicos que organizam programas em três eixos: capacitação (gestores, multiplicadores e docentes), aquisição e produção de material didático, estudos e pesquisas (acesso, permanência e sucesso de estudantes afros) e fortalecimento institucional (criação de diretrizes municipais de educação para as relações étnico-raciais pelo conselho municipal de educação, aprovação do programa por decreto ou lei municipal, definição do cargo de gestor do programa, estabelecimento de rubricas na Lei Orçamentária Municipal Anual e no Programa de Ações Articuladas, inclusão nos exames de conhecimentos para admissão de professores.

Não se trata apenas de desconhecimento de materiais pedagógicos ou experiências exitosas, mas de um racismo institucional presente em todos os sistemas de ensino que tornam as escolar instrumentos de colonização mental e de reprodução de hierarquias sociais que mantêm a população não branca brasileira na condição de trabalhadores dependentes desde o século XVI.

Como vem nos alertando Hannah Arendt, o racismo e outras mazelas não são frutos da insanidade ou monstruosidades de um ou outro sujeito, mas é inerente a configuração da própria modernidade ocidental, ao exiliar metade da humanidade das suas condições de existência, jogar a outra dentro de suas próprias cabeças e banir a experiência como base para o conhecimento e a verdade.

Assim jacobinos, não é a ciência em si que nos libertará, mas a política. Os acadêmicos reunidos nos núcleos de estudos afro-brasileiros tem a oportunidade de atuar com mediadores entre gestores e movimentos sociais, em especial o movimento negro, para traduzir reivindicações em políticas públicas passíveis de serem negociadas.

² LIMA, Graziela dos Santos. *Educação e Diversidade Cultural: a lei federal 10.639/03 e os acervos das bibliotecas escolares do município de São José – SC*. fls. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 2012.



Por outro lado, meus colegas universitários precisam repensar as bases epistemológicas que sustentam nossa vida acadêmica.

Durante muito tempo desconfieei de uma passagem de Kwame Appiah, em seu livro *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura* (1997), na qual ele afirma que o pan-africanismo em suas origens está marcado por uma experiência específica dos negros do novo mundo, pela experiência de viver em um mundo que lhe vê a partir da noção de raça. Em outras palavras, raça é uma noção estruturante inerente a experiências de vida dos afrodescendentes e conseqüentemente uma noção um tanto estranha as vidas de maior parte de pessoas nativas do continente africano.

De fato, a dor e a solidão são nossos companheiros e companheiras de jornada. E como todos sabem, estamos sós no nosso cotidiano, agravado pelo fato de tratarmos de um tema percebido como singular – étnico. Por sinal, nesta dança de conceitos, sempre nutri um certo desconforto em relação ao conceito de etnia e, conseqüentemente da noção de identidade étnica que lhe é adjacente. Nunca demais lembrar que a *ethos*, nos remete aos gregos que não viviam em polis, de modo isonômico, sob leis que eles mesmos criaram, eram por definição os outros.

Além disto, como bem lembra meu colega da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Wilson de Mattos, estamos distantes igualmente do *ethos* acadêmico na medida em que ao contrário dos acadêmicos clássicos, constituímos, na definição de Marilena Chaui, no celebre prefácio a *Memórias e Sociedade: lembranças de velhos* de Ecléa Bósi (1994), uma comunidade de destino com nosso “objetos”, sujeitos históricos. Não podemos nos dar ao luxo de escrevermos a partir dos nossos gostos e oportunidades, de modo distante e desinteressado. *Sorry*, seguimos a máxima da aurora da ciência moderna de um Giordano Bruno ou Leonardo da Vinci, de que a sabedoria no mundo contemporâneo não nos permite uma atitude contemplativa, mas uma atitude ativa, engajada na transformação da vida, dos outros e do mundo ao nosso redor.

Não deixa de ser irônico, que nossa prática acadêmica é capaz de responder a demanda de Marshal Berman (1997), nós conectamos a ciências as suas raízes libertárias modernas.

Diante do nosso ambiente quase sempre hostil de trabalho, uma leitura das experiências de nossas colegas e nossos colegas, nos permite vislumbrar perspectivas



inovadoras. Nós encontramos a saída para a vida um tanto saudável, na mais africana de nossas raízes culturais, no dizer de Antonieta Antonacci, da PUC-SP – a vivência comunitária.

Mulheres como Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Jeruse Romão – na Educação (deixo aqui uma saudação aos bons encontros Negro e Educação no *Clube Floresta Aurora*, lá nos anos 1980), Jurema Werneck, Maria Inês Barbosa na Saúde, que contribuíram decisivamente para colocar esses temas na agenda política do Movimento Negro e do país, em um tempo em que muitos de nós estávamos centrados na bizantina articulação do conceito de raça e classe. Pobres de nós, queríamos encontrar a solução de nossas vidas em uma leitura exegética de algum texto de Karl Marx...

Como sabemos, na nossa Modernidade, o indivíduo não faz nenhum sentido. A vaidade, o apego ao reconhecimento individualista, emergem como valores associados ao ferrão do colonizador em nossas almas. É na comunidade, na vida comunitária que nos fortalecemos.

E os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e demais grupo correlatos, são expressão deste espírito comunitário em nossas vidas – por meio deles nós não estamos mais sozinhos, pois num esforço quase sempre multi e interdisciplinar, movidos pela necessidade, juntamos colegas de diferentes contos de nossas instituições, estados.

Não deixa de ser novamente irônico, pois quando o termo afro-brasileiro surgiu entre nós brasileiros, nos anos 1940, no auge da política de assimilação, como tristemente lembram meus concidadãos catarinenses de origem europeia, o termo busca elucidar a força da colonização cultural africana no brasileiro, visto como singularmente mestiço. Este foi o sentido dos primeiros congressos de estudos afro-brasileiros, denunciado por Abdias Nascimento.

Hoje ele se tornou em um bastião da resistência negra na Universidade. Mas prestem atenção, igualmente, um bastião da causa da igualdade e efetivação de novas formas de combate, como agendas singulares, próximas mas não idênticas aos movimentos sócias.

Como sabemos, A ABPN e o Consórcio de NEABS sugeriram da mesma conjuntura histórica, a saber, a ampliação do número de acadêmicos e acadêmicas de



origem africana, oriundos do Movimento Negro e que se qualificaram nas décadas de 1980 e 1990. No enfrentamento do nosso “teto de vidro”, os novos docentes descobriram que o racismo na Universidade se manifesta de forma insidiosa, muitas vezes fugidia, mas com resultados bem concretos: a parca de possibilidade de crescimento e desenvolvimento pessoal e coletivo. Foi por estas razões que organizamos sob coordenação de Lídia Cunha e Henrique Cunha, em 2000, nas dependências da Universidade Federal de Pernambuco o I Congresso de Pesquisadores Negros. De lá para cá, todos os COPENES têm sido organizados por NEABS.

Já a articulação de NEABS é mais antiga. Nosso primeiro encontro ocorreu em 1996, em paralelo ao Seminário Multiculturalismo e políticas de ação Afirmativa no Brasil, organizado por Dulce Pereira, então presidente da Fundação Cultural Palmares. Conversas foram desenvolvidas ao longo do tempo e culminaram em 2002, por solicitação de Carlos Moura, então presidente da FCP, tendo por cicerone o Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia, no I Encontro de Núcleo de estudos Afro-Brasileiros. Dentre as muitos resultados, vale lembrar a discussão de uma minuta de acordo de cooperação entre a FCP e CNPq, no sentido de ampliar as fontes financiamento e os estudos sobre os afros e as desigualdades raciais. Neste mesmo encontro, Maria Alice Resende, então vinculada ao Laboratório de Políticas Públicas, sob coordenação de Pablo Gentili, substituída posteriormente por Renato Emerson dos Santos, apresentara o Programa Políticas da Cor. Ação financiada pela Fundação Ford focada no acesso e permanência no ensino superior de populações vulneráveis.

Neste mesmo ano, sob a liderança de Jeruse Romão na SEMTEC-MEC e o saudoso Ubiratan Araújo, presidente da FCP, organizou-se o II Encontro de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, em Brasília, na qual, entre outras, tomou-se a decisão de ampliar a participação dos NEAB estratégia de implementação de políticas educacionais para os afro-brasileiros. Iniciativa que, na gestão de Eliane Cavalleiro, Coordenadoria Geral de Diversidade – SECADI, a constituição do Comitê Técnico de Diversidade para Assuntos Relacionados a Educação dos Afro-Brasileiros – CADARA.

Nesta época, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva havia sido indicada para representar os afros no Conselho Nacional de Educação e, como um dos atos mais importantes de seu mandato, escreveu em parceria com Chiquinha Novaltino,



representante no CNE das populações indígenas o parecer CNE 04/2003 que criou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de Cultura e História Afro-Brasileira e Africana, que tornado resolução em 2004, regulamentou as modificações à LDB, provocadas pela Lei Federal 10.639/03. Por conta disto, no primeiro semestre de 2004, sob coordenação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de São Carlos, se organizou uma reunião de trabalho financiada por diferentes agências federais. A organização não-governamental Ação Educativa e mais a UNESCO, creio, voltada para pensar estratégias de monitoramento e avaliação da Lei Federal 10.639/03 e das Diretrizes. Neste encontro indicou-se a necessidade de articulação de um Consórcio de NEABS. Ideia que concretizamos no III Congresso de Pesquisadores Negros do Maranhão.

De lá para cá o salto de qualidade foi impressionante. Na ata de fundação participaram ser de cinco NEABS e onze grupos correlatos. Com apoio de Andréa Lisboa, Eliane Cavalleiro e Valter Silvério (SECADI-MEC), Déborah Silva Santos (SESu/MEC), Ivair dos Santos (SEDH), entre outros, se organizou pelo menos dois editais importantes: o Brasil Afro-Atitude do Ministério da Saúde e Programa UNIAFRO no Ministério da Educação, que combinados com o Programa Políticas da Cor da UERJ/Fundação Ford, foram fundamentais para criar as condições de fortalecimentos dos NEABS como instrumento de capilarização de políticas públicas e espaços acadêmicos de produção de conhecimento (pesquisa ensino e extensão), focado no combate às desigualdades raciais. O resultado foi um aumento exponencial de núcleos que passaram para 120 organizações vinculadas uma centena de instituições de ensino superior.

Por fim, gostaria de chamar atenção dos pesquisadores e pesquisadoras para a importância da África em nossa prática acadêmica. De fato, o outrora descrito como continente da desesperança tornou-se centro de um grande investimento político e econômico.

Crescendo em média de 08% ao ano, países da região se estruturam para superar os males do escravismo, racismo e neocolonialismo. Não desejam mais hordas de cooperantes caridosos, mas parcerias solidárias entre governos, empresas e organização de terceiro setor. Muitos de nossos parentes do outro lado do Atlântico, esperam



encontrar na Diáspora Africana uma vantagem competitiva que lhes permitam satisfazer suas demandas.

Neste sentido, os pesquisadores e pesquisadores precisam expandir seus interesses para além do campo das relações raciais, e apresentar-se como mediadores entre instituições públicas e privadas de ambos os lados do Atlântico. É preciso organizar um portfólio de produtos e serviços de nossas instituições que possam contribuir para o desenvolvimento econômico do continente.

Logo, podemos ampliar o leque de parceiros no interior da universidade, nos vários campos da ciência e articulá-los a causa da igualdade. Por outro lado, esta aproximação com demais temas podem contribuir para garantir o protagonismo das/os pesquisadoras e pesquisadores.

Nosso país foi refundado com a Constituição Federal de 1988 e encontra-se em pleno processo de expansão de direitos, na verdade de configuração de sujeitos de direitos que querem muito mais que um prato de comida, um tablet da moda, um celular, forno de micro-ondas, televisão de *led*, geladeira *frostfree*, um automóvel zero quilômetro, um teto e médico no posto de saúde. Elas/eles querem ser e se sentir representadas/os em um novo espaço democrático.

Ilha de Santa Catarina, julho de 2013.

Referências Bibliográficas

APPIAH, Kwame. *Na casa de meu pai: A África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.

AZEVEDO, Célia M. M. de. *Onda negra, medo branco*. O negro no imaginário das elites do século XIX. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

BANKS, James A. Reformando escola para implementar a igualdade para diferentes grupos raciais e étnicos. In: OLIVEIRA, Iolanda de; SISS, Ahyas. *População Negra e Educação Escolar*. Caderno Penesb 7. Rio de Janeiro/Niterói: Quartet/Eduff, 2006.

BARROS, Jose Flavio Pessoa de. OLIVEIRA, Luis Fernando de. CANEN, Ana. (Org). A educação Brasileira e o currículo a partir de um olhar multicultural: algumas tendencias e perspectivas. In: *Todas as cores na Educação: contribuições para uma*



reeducação das relações étnico-raciais no ensino básico. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2008.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1998

BORGES, Roberto Carlos da Silva; OLIVEIRA, Fatima Maria de. Lima Barreto na fronteira dos diferentes saberes: Racismo e Exclusão social em cartas, entrevistas e no diário do escritor-intelectual. In: OLIVEIRA, Iolanda de; SOUZA, Maria Elena Viana. *Educação e População negra: contribuições para a educação das relações étnico-raciais*. Rio de Janeiro /Niterói: Eduff/Quartet, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.292p.

_____. Lei nº 10.639/03, de 9 de janeiro de 2003. D. O.U de 10/01/2003.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Orientação e ações afirmativas para a educação das relações étnico-raciais*. Brasília:SECAD,2006.

_____. MEC/SECAD. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. MEC/SECAD, 2005.

_____. MEC/SECAD. *Orientações e Ações para a Educação das relações Étnico – Raciais*. Brasília: MEC/SECAD, 2006.

CANDAU, Vera Maria (coord.). *Somos tod@s iguais? Escola, discriminação e educação em direitos humanos*. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

CANEN, Ana. Multiculturalismo e Identidade Escolar: Desafios e perspectivas para repensar a cultura escolar. In: OLIVEIRA, Iolanda (Org.). *Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira*. Caderno Penesb 6. Rio de Janeiro: Quartet/Niterói: Eduff, 2006.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. Implementação da Lei Federal 10.639/03: Significados e desafios da institucionalização da Luta anti-racista no Brasil. In: CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. (Org.). *Multiculturalismo e Educação: Experiência da Implementação da Lei Federal 10.639/03 em Santa Catarina*. Itajaí: Casa Aberta, 2008.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco, RIBEIRO, Neli Góes. Racismo, Multiculturalismo e Currículo Escolar. In: *Negros e Currículo*. NEN, Florianópolis, 1997. p. 39 a 53.



_____. Políticas Culturais na Educação: pensando o currículo, a formação de professores e o Multiculturalismo. In: I Simpósio Internacional de Educação e IV Fórum Nacional de Educação, 1, 2007, Torres/RS. *Anais...* Torres: ULBRA, 2007.

CASASSUS, Juan. *A escola e a desigualdade*. 2.ed. Brasília: Liber Livro Editora, UNESCO, 2007.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. *Do Silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. 2.ed. – São Paulo: Contexto, 2003.

DUPRET, Leila. Cor, Imaginário e Educação. In; OLIVEIRA, Iolanda de; SOUZA, Maria Elena Viana. *Educação e População Negra: contribuições para a educação das relações étnico-raciais*. Rio de Janeiro/ Niterói: Eduff/Quartet, 2007.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Classe, Raças e Democracia*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2002.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós – modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 1998.

MACLAREM, Peter. *O multiculturalismo crítico*. São Paulo: Cortez, 1995.

POUTIGNAT, Philippe. *Teorias da Etnicidade*. Seguido de Grupos Étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenart; tradução de Elcio Fernandes. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

RIBEIRO, Neli Góes; AMANDIO, Tamna; CARVALHO, Thais Regina de. Formando Educadores Multiculturais: Pela implementação da Lei Federal 10.639/03 e das Diretrizes e Bases Curriculares Nacionais. In: CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco (Org.). *Multiculturalismo e Educação: Experiências de implementação da Lei Federal 10.639/03 em Santa Catarina*. Itajaí: Casa Aberta, 2008.

SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das Raças*. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil em 1870-1930. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SENHORIANHA, Milena Rosa. A questão Afro-brasileira nos currículos escolares: vivências pedagógicas. In: CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco (Org.). *Multiculturalismo e Educação: Experiências de implementação da Lei Federal 10.639/03 em Santa Catarina*. Itajaí: Casa Aberta, 2008.

TAYLOR, Charles. *El multiculturalismo y La política Del reconocimiento*. Cidade Del México: Fondo de Cultura Economica, 1993.

LUCINDO, Willian Robson. *Educação no pós abolição: um estudos sobre as propostas educacionais de afrodescendentes (São Paulo/1918-1931)*. Itajaí: Casa Aberta, 2010.



*Recebido em julho de 2013
Aprovado em setembro de 2013*